



A NÃO MATERNIDADE COMO POSSÍVEL FATOR DE ESTIGMATIZAÇÃO SOCIAL DA MULHER

NON MATERNITY AS A POSSIBLE FACTOR OF WOMEN'S SOCIAL STIGMATIZATION

Lorena Reinaldo da SILVA

Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC)

E-mail: lorenareinaldopsi@gmail.com

ORCID: 0009-0007-1864-8410

Eduardo Fagner Machado de PINHO

Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC)

E-mail: pinhoeduardo@gmail.com

ORCID: 0000-0003-0589-7403

Jordana Carmo de SOUSA

Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC)

E-mail: jordypsi80@gmail.com

ORCID: 0009-0002-1319-9971

RESUMO

Na contemporaneidade, algumas mulheres têm se posicionado frente à escolha pela não maternidade, produzindo novas formas de subjetivação. Esse fenômeno possibilita o questionamento quanto à construção da identidade feminina subordinado à maternidade. Para tanto não se pretende esgotar as possibilidades de pesquisa com este trabalho. Por esse viés, este artigo busca compreender, se no contexto contemporâneo as mulheres não mães sofrem estigmatização, adentrando nos contextos sócio-histórico-cultural a construção do ser mãe; além de se propor a investigar as possíveis representações sobre a feminilidade e a relação com a maternidade. Diante disso, verificou-se a ocorrência da maternidade como resultante dos discursos sociais e científicos. E por fim a estigmatização posto ao desejo de não ocupar o papel de mãe. Realizou-se, então uma pesquisa de cunho bibliográfico, de abordagem qualitativa e descritiva.

Palavras-chave: Não maternidade. Estigmatização. Feminilidade.

ABSTRACT

In contemporary times, some women have positioned themselves against the choice of non-motherhood, producing new forms of subjectivation. This phenomenon makes it possible to question the construction of a female identity subordinated to motherhood. Therefore, it is not intended to exhaust the possibilities of research with this work. For this bias, this article seeks to understand, if in the contemporary context non-mother women suffer stigmatization, entering in socio-historical-cultural contexts the construction of being a mother; in addition to proposing to investigate the possible representations about femininity and the relationship with motherhood. In view of this, the occurrence of motherhood as a result of social and scientific discourses was verified. And finally, the stigmatization placed on the desire not to play the role of mother. A bibliographical research was carried out, with a qualitative and descriptive approach.

Keywords: Non maternity. Stigmatization. Femininity.

INTRODUÇÃO

O ideal de maternidade se molda socialmente, decorrente das transformações históricas, políticas e culturais. Conforme descrito por Resende (2017), a maternagem tem sua prática relacionada à produção dos discursos sociais e científicos de cada época, a concepção de ser mãe como resultantes das circunstâncias de um dado momento histórico e para tal se modifica conforme a cultura dominante, atrelado à forma de vivenciar a experiência.

Por vezes a identidade feminina é confundida como mero sinônimo de maternidade. O desejo por ter filhos não é universal e tão pouco o instinto materno é dado à ordem natural (BADINER, 2011). Portanto, ter filho ou não, deve ser parte da escolha incumbida ao sujeito e não mera obrigação diante da sociedade. Esta percepção de não obrigatoriedade tem influência dos movimentos sociais, ocorridos nas últimas décadas e em especial do feminismo (CARVALHO & OLIVEIRA, 2017). O que culminou com a contestação do conservadorismo, o discurso é que a forma de

domínio passou a ser questionada e debatida, frente às novas possibilidades de se pôr no mundo.

Tal temática constitui-se um fenômeno recente e ainda pouco explorado (FIDELIS & MOSMANN, 2013), para tanto não se pretende esgotar as possibilidades de pesquisa com este trabalho, afinal concebe um campo de estudo fértil para debruçar-se. De tal modo, investigar um tema tão vasto, implica escolher caminhos a serem trilhados em detrimento de outros. Por esse viés, este artigo busca compreender, se no contexto contemporâneo as mulheres não mães sofrem estigmatização, adentrando nos contextos sócio-histórico-cultural a construção do ser mãe; além de se propor a investigar as possíveis representações sobre a feminilidade e a relação com a maternidade.:

Diante disso, a maternidade já foi considerada puramente biológica, simbolicamente cravada no domínio privado e no emocional. Sendo pauta, para discussões relacionadas à religião, a saúde, tendo em seu bojo as concepções mitológicas e socioculturais (EMIDIO, 2011). É tida como uma temática sensível e complexa, no que diz respeito ao corpo da mulher, sua subjetividade e a sua constituição enquanto sujeito para psicanálise que se constrói na relação com o Outro, por intermédio da linguagem (TOREZAN & AGUIAR, 2011). Essa linguagem conforme Benveniste (1991, p.288), “É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito [...]”. No atravessamento social.

A psicanálise se propõe a dar ouvidos ao ruído, oriundo de um sujeito (inconsciente e desejante). Contemplando esse sujeito como ser social, cultural, inscrito sob sua singularidade (SOUZA, 2007, pg.89). Não com intuito de catalogar mais uma doença, de patologizar e classificar em uma lista nosográfica generalista a sua recusa por não deseja ocupar um papel social. Longe disso, em primeiro plano está a escuta da angústia humana, e as expressões de subjetividade particular a cada sujeito, sua história única em sua época, atribuído a sua vivência. Uma escuta psicanalítica e não meramente uma escuta qualquer, o que faz da psicanálise um método de pesquisa e investigação (FREUD, 1923). Que tem como fundamento base a interpretação dos conteúdos inconscientes.

REVISÃO TEÓRICA

O Processo de Estigmatização Sócio-Histórico-Cultural Imposta à Mulher

Antes de iniciar a discussão da literatura é necessário a compreensão do que seja estigmatização, para adentrar ao contexto em que se impõe à mulher a tal ato sobre seu corpo real e simbólico, além do status moral. O dicionário Porto Editora (2022) conceitua estigma como substantivo masculino e traz 11 (onze) definições para o termo, dentre os quais ressaltou “marca ou cicatriz deixada por ferida; sinal vergonhoso desonra, labéu; percepção negativa associado a certo comportamento, característica etc.”. Complementando as definições, o sociólogo Goffman (1963, pg. 5) em seu livro Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada, aponta que os gregos criaram o termo estigma para referenciar os sinais corporais ou mau acerca da posição moral de quem os apresentava. Pode-se observar nestas definições selecionadas o caráter patológico, a conotação depreciativa atribuída a este ser que é estigmatizado e alvo de estigmatização, com característica(s) de comportamento (s) desviante (s) que o(s) torna marginalizado socialmente.

De acordo com o autor Velho (1985) em sua obra Desvio e divergência: Uma crítica da patologia social (Antropologia Social), é inferindo que, no senso comum, o problema dos desvios assumem uma concepção patológica. Atrelado ao discurso médico pautado em distinguir o “são” do “não são” ou categoricamente de “insano”. Desta forma os comportamentos não habituais são classificados como sintomas ou expressão de desequilíbrios e doença, implicado no diagnóstico e seu tratamento, sob seu corpo real e simbólico.

Adentrando ao contexto histórico, descrito por Badinter (1985) em sua obra “O conflito a mulher a mãe” desde a idade média, até o início do século XVII, era comum nas famílias mais abastadas, que após o nascimento, o recém-nascido fosse entregue aos cuidados da Ama-de-leite. Nesse período tal prática era comum, os discursos da época enfatizavam que carícias e ternuras entre mães e filhos, originava a fonte de pecado e frouxidão, para tanto a demonstração de carinho era constantemente reprimida. Salienta-se que esse padrão adotado correspondia até o final do século XVII, onde a mulher não se atribuía a responsabilidade dos cuidados de sua prole, como descrito por Carvalho & Oliveira (2017), tampouco ofertava amor

e carinho aos filhos, conforme descrito, eram entregues logo após o nascimento para serem criados e posteriormente inserido no núcleo familiar. Predominante o despertencimento e estranheza em relação ao carinho e zelo com a criança. Entretanto, houve uma mudança radical e significativa da função maternal na virada do século.

Tal transição implicou na criação de ideal de maternidade, baseado em de relação de amor, de cuidado, zelo para com a sua prole dado a ordem instintiva (BADINTER, 1985), ocorrendo uma ruptura do modelo até então normativo. Esse instinto maternal é um conceito do mundo moderno no qual foi construído socialmente e culturalmente e que se perdura até os dias atuais, nas mais diversas camadas sociais intrincadas. A relação da mãe para com o filho não pode ser reduzindo puramente a esfera natural e muitos menos condicionado a natureza feminina, conforme exposto por Carvalho & Oliveira (2017) “[...] sendo a maternidade uma escolha e não uma normatização biológica a desvelar – se da decisão do feminino”. Ainda que se tenha essa visão propagada da maternidade como intocável e da “santa Mãe” é imprescindível que ideal de maternidade, saia das sombras do naturalismo, do determinismo biológico e religioso.

A autora Badinter (1985) evidenciou a ambivalências da maternidade, até a década de 70, a criança era tida como uma consequência natural do casamento, não sendo pauta para discussões o desejo da mulher quanto exerce ou não essa maternidade. As mulheres dotadas do seu aparato biológico na condição de apta a procriar o realizava sem muitos questionamentos, o seu corpo sendo reduzido a um objeto de satisfação do Outro, sendo alvo de controle e submissão (FOUCAULT, 2004). Uma vez que, a reprodução era dada ao instinto, resultava em cobrança social para a manutenção da vida humana, um dever cívico e religioso instaurado sob a mulher.

Ao dizer não à maternidade é uma forma de se opor, mas conseqüentemente é tido como desviante do comportamento social esperado. Se opondo ao modelo normativo, decorrente de escolha e não facultado a uma condição de impedimento no requisito biológico, logo se é atribuído o estereótipo de “egoísta” a essa mulher, dotado de uma anomalia, o que origina a exclusão, a hostilidade com esse sujeito. O que normalmente tende a resultar em efeito em cascata da patológica descrita por Velho (1985, p. 10) “Enfim, o mal estaria localizado no indivíduo, geralmente definido

como fenômeno endógeno ou mesmo hereditário”. O efeito do desequilíbrio entre as exigências sociais, sua estrutura e cultura, contribuindo para os comportamentos explicitados socialmente como desviantes, enfatizando a transferência da patologia individual para a social.

Por muito tempo era esperado socialmente que a mulher acendesse o papel de esposa e de mãe, nesta ordem o destino traçado no seu nascimento. Concedido o título de "rainha do lar", esta posição na qual se exigia de exclusividade, tendo que abdicar de qualquer sonho ou a realização, para além do preceito que ancorava sua existência. Qualquer desvio era visto como uma degeneração psíquica, considerada patológica e como tal tratada evitando a sua propagação (CARELLI, 2019). No final do século XIX esta imposição passa a ser questionada diante da generalização dos sintomas de histeria feminina, a quem Freud se propôs a estudar e investigar, a angústia oriunda das normas sociais.

Esse ideal disseminado de maternidade passa a ser refutado por dois marcadores: o feminismo da segunda metade do século XX; e a invenção do contraceptivo, mas propriamente o da pílula (BADINER, 2011), a sexualidade ganhou novos capítulos, iniciando desconstrução do processo de separação entre sexo e reprodução. Impulsionado o debate quanto ao tema da não maternidade, afinal um filho é um ser, que necessita de cuidado, amor e demanda tempo e que não necessariamente é um sonho de toda mulher. Diante da escolha, não se pode argumentar de um instinto, recaindo sobre o emblemático reducionismo maçante das mulheres, o que resulta no processo de dissociação entre a mãe e a mulher, uma não anula a outra.

Representações Sobre a Feminilidade e a Relação com a Maternidade

O que se compreende por maternidade é a junção de distintas lentes que atribui como essência à "natureza" da mulher. Relacionado ao feminino, as representações culturais, que segundo Patias & Bauaes (2012) “[...] maternidade foram produzidas por práticas discursivas que prescrevem que toda mulher deveria cuidar, amar, alimentar e dar educação aos filhos”. Dedicando por completo ao cuidado com outro e se esquivando dos seus deveres consigo mesma para a realização do dever com a sociedade. Ainda que a mulher ocupe um papel social na

atualidade, para além de ser mãe, há o discurso dominante atribuído à maternidade inerente à condição da identidade feminina e sua feminilidade.

Na perspectiva de Almeida (2012), no século XVIII, predominou um conjunto de ideais advinda da filosofia, da medicina que aspiravam distinguem a diferença da essência feminina e masculina, para delimita as distribuições sociais de cada um, fundamentado na relação biológica. Sob viés masculino, a feminilidade torna-se essencialmente passiva de ser domada pela sociedade para cumprir o destino natural – serem esposas e mãe. Desoladas de qualquer acesso a poder, afastadas do espaço público para reivindicam o seu próprio destino, tornando-se socialmente invisíveis. Nessa conjuntura a feminilidade, entrou colapso já no século XIX, produzindo a crise da histeria como expressão do sofrimento psíquico (ALMEIDA, 2012). Sem voz, o que resta é o corpo para manifestar conteúdo da sua angústia latente.

Para que se busque entender a feminilidade no contexto contemporâneo, é imprescindível percorrer nas produções de Freud e demais autores, compreendo que o ideal de feminilidade, a sua produção se deu como fruto do posicionamento masculino (ALMEIDA, 2012). De acordo com Valdivia (1997) o feminino é o ponto de partida da psicanálise e o ponto de retorno constante à teoria freudiana. A psicanálise se propõe a escuta, independente que seja no setting terapêutico ou na cultura, o transcorrer de novos processos de singularidade subjetiva e erótica (ALMEIDA, 2012).

O que quer uma mulher afinal? Freud (1933), na conferência “A feminilidade”, abordou sobre o feminino, compartilhando de um enigma a qual não conseguiu decifrar, “A grande questão que nunca foi respondida e a que eu não pude responder, apesar dos meus trinta anos de pesquisa sobre a alma feminina, é o que uma mulher quer”? Mas propôs a investigar a sua constituição (feminilidade), na tentativa de se distanciar das percepções anatómicas e biológicas com fato de distinção do masculino e o feminino, delegando a cultura, às funções reais e simbólicas, inerentes ao homem e à mulher (VALDIVIA, 1997).

Conforme enunciado, Freud (1996) se interessou pela temática (feminilidade), a sua constituição ao passo que suas pesquisas ficaram imersas, contudo, sem desvendar o enigma. Postulando:

Se desejarem saber mais a respeito da feminilidade, indaguem da própria experiência de vida dos senhores, ou consultem os poetas, ou aguardem até que a ciência possa dar-lhes informações mais profundas e mais coerentes (FREUD, 1996, v. 22, p. 134).

Ou seja, não há uma definição a priori que enlace por completo o que seja o universo da feminilidade e suas nuances (BRAGA, et al. 2018). Apesar de seus esforços nesse campo, restou suas descobertas inacabadas, mas de grande relevância. Não é mera explicação simplória que seja, na tentativa de obter a resposta para tal enigma da feminilidade. Assim, resulta que cabe a cada mulher elaborar formas de lidar com sua falta, desejo e as possibilidades de subversão (BRAGA, et al. 2018).

Conforme Almeida (2012), a feminilidade remete a uma condição de constituição do sujeito, que antecede à organização fálica, anterior à distinção sexual do feminino/castrado ou masculino/fálico. Para Freud (1996), a feminilidade é para além da diferença entre os sexos, é um conceito, refletindo na experiência da perda dos emblemas fálicos e da ferida narcísica. Essa passagem possibilita que o indivíduo, se fixe na relação de sujeito sexuado em uma cultura (ALMEIDA, 2012). Assim, o feminino é a constituição do sujeito, deixando do posto de inferioridade ao masculino e adquirindo o seu espaço, enquanto sujeito constituído por seus desejos e necessidades. Contudo na teoria freudiana, a maternidade é apontada como única possibilidade de superação da inveja do falo, tomando a criança o objeto fálico. Mas, esse seria a única forma de superação? Ou resta outros caminhos para que a mulher decida se de fato é através de ser mãe, que poderá tentar preencher o vazio nunca foras preenchido pela castração.

A maternidade na contemporaneidade, pode assumir conotação de escolha e não mais um destino inevitável a mulher (BADINTER, 1995). E tão pouco a única resposta à feminilidade, bem como não englobar a mulher a um sonho universal, ou seja, a maternidade não é para todo ser portador de útero (IACONELLI, 2020) partindo do seu desejo de ser mãe ou não. A vida de uma mulher não se resume ao único percurso, o qual foi exposto, afinal há outras vias de desejos para ela. Contudo, ainda que essa mulher deseje ser mãe, não há motivo para que seja inferiorizada por tal decisão, não se trata de um movimento reverso da supervalorização das não-mães em detrimento da mulher mãe.

A sociedade implica de valorizar um atributo em negação de outro (GOFFMAN, 1892), fazendo com que sejam estipulados padrões de condutas, gerando expectativas, os próprios movimentos sociais que impõe um modelo considerado “normal” a todos os sujeitos. Esta imposição ocorre atrelado ao discurso social (GOFFMAN, 1892), para que haja o controle e submissão, assim, as representações construídas a respeito da mulher são um exemplo desta supervalorização. É necessário subverter para haja a desvinculação da maternidade como atributo da feminilidade na relação cultural e social, construído no processo histórico e a mulher é ser em construção, dado a sua incompletude.

A mulher anseia por liberdade, seja de corpo e alma ou ambas, para além da relação cultural que impõe o modelo tradicional do patriarcado. O processo cultura se interpelando sobre o sujeito, influenciando o seu modo de ser. Sustentado as narrativas criadas que se fundamentam a prior sob um suposto saber. A psicanálise se põe através de um olhar sensível no que tange ao feminino e à maternidade, na sua complexidade a busca por sua compreensão, complementando a parti da leitura da autora Silva (2016, p. 16), a opção pela não-maternidade instiga a ruptura do padrão feminino tradicional preconizando um fato enigmático e com direções multidimensionais.

A Relação na Contemporaneidade entre Estigmatização da Mulher e a Escolha da Não Maternidade

É importante salientar a diferenciação entre as designações de não-mães voluntárias, as que escolhem livremente por não terem filhos (MANSUR, 2003). Essa possibilidade de escolha, é fruto dos movimentos feministas, transformando sensivelmente o olhar da mulher no contexto familiar (SILVA, 2016, p. 12) ao passo que o surgimento da pílula anticoncepcional, permitiu vivenciar e explorar a sua sexualidade como fonte de prazer e gozo. Até então a sexualidade da mulher era pensada como ameaça a ordem-social (ALMEIDA, 2012).

O discurso médico, atribui a maternidade ao que tange corpo e à reprodução biológica (EMIDIO, 2011) apontado como natural e assujeitando a mulher a tal condição. Enquanto para a psicanálise propõe-se a pensar que este sujeito que “Pode estar grávida e não ter o filho na cabeça, pode-se não ter filhos e ser mãe do mundo,

pode-se desejar estar grávida e não querer ser mãe,” Conforme exposto por Marcos (2017). O desejo de ter a prole assume distinto sentido a cada mulher, um processo singular e único, que não pode assumir significado generalizado e universal, tão pouco dado a completude.

No livro “Coisa de menina? Uma conversa sobre gênero, sexualidade, maternidade e feminismo” de autoria Homem & Calligaris (2021) aponta que maternidade era, basicamente, obrigatória e única opção a está. Contudo, diante dos atravessamentos do movimento feminista, que foi marcante no contexto social histórico das mulheres, ocorrendo o marco das rupturas de pensamentos autoritários e ditatoriais, denunciando sua invisibilidade social. A partir desse rompimento a mulher ganha um poder, recusando o espaço privado, reivindicando o seu corpo, no processo de subjetivação.

O que se entende como maternidade é resultante de uma cultura, uma construção, que se inscreve sob o sujeito. No celebre livro de “O segundo sexo” de Simone de Beauvoir (1980), com a famosa frase: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”. Entra em jogo, a percepção de que os seres humanos, constroem as identificações dado a mulher, bem como ao homem, o ser mulher é uma construção. Ainda que as maneiras sejam atribuídas ao “natural”, são decorrentes de pensamentos esquematizados socialmente. Parafraseando Beauvoir (1980), “Não se nasce mãe, torna-se mãe”, porque é fruto de uma construção social que perdura culturalmente. Rebatendo o preceito de instinto ou de própria natureza da mulher, ser mãe como fundamento para a sua feminilidade.

A autora Beauvoir (1980), propiciou grandes debates sobre a constituição da condição feminina, denunciando o lugar subalterno da mulher no quadro social, restando apenas a maternidade como única possibilidade de ser reconhecida, de ter um cargo social. Nos anos 1960 com a iminente onda do feminismo (SILVA, 2016, p. 14) o ideal de mulher submissa passa a ser desconstruída, surgindo novos caminhos e novas configurações para o ser mulher.

Ao se questionar quanto ao único caminho a ser seguido, surgem outras maneiras desejáveis de se buscar a sua realização e satisfação, ainda que inalcançável. Segundo Lacan no seminário 16 “De um Outro ao outro”, (2006) traz a reflexão que seres que desejam e conseqüentemente são destinados à incompletude, e é isso que

os faz caminhar. Complementando que os seres humanos são incompletos e faltosos, destinados a desejar, ainda possuam um objeto na qual deseja, não os satisfaz em sua completude, tão qual foi um dia o falo na relação masculina, porque a mulher é castrada (Freud, 1996) é busca preenche o vazio do objeto nunca possuído. Esse anseio de ser mais do que é determinado, de desejar percorrer outros cursos, ainda que incertos e tortuosos, conflitando com os novos papéis que podem ser assumidos e os velhos ditados.

A negação e a busca por respostas e por sua completude, faz com que o sujeito mova a vida, o faz trilhar novos caminhos, na qual pode se tornar uma condição para a depreciação, por se caracterizar em desvio padrão social (GOFFMAN, 1892). A recusa em ocupar um papel designado a mulher que foi estipulado socialmente, historicamente e culturalmente para se validar e ter autonomia sobre esta. Os conceitos cunhados por Goffman (1892) aponta a identidade real como sendo da ordem daquilo que é o sujeito, para além do desejo, de identificação, os aspectos de sua subjetividade, em contraste com a identidade social virtual, o que incumbindo ao sujeito pelos outros, atribuindo as expectativas de como se deve ser a sua conduta, sua performance os modos de agir associados ao gênero.

A mulher ou casal, ao se posicionarem de forma contrária à parentalidade, estes são encarregados de explicar o motivo para tamanha decisão (BADINTER, 2011). Porque se atribui ao fato de uma das partes não terem condições biológicas ideais para gerar ou nutrir um feto e não o fato de escolha voluntária pela não-maternidade e paternidade. Mas o contrário não ocorre, da mesma proporção. Não é questionado o motivo da escolha por ter filhos. Sendo Badinter (2011, p. 17) “É preciso, pois, uma vontade a toda prova e um caráter inflexível para não ligar para todas as pressões, e até mesmo para certa estigmatização”. Assim, aos que fogem do seu dever resta lidar com as cobranças oriundas da sociedade e do Estado, a incompreensão, o julgamento atrelado aos conceitos morais.

De acordo com Goffman (1892) a sociedade criar mecanismos com o intuito de categorizar os indivíduos, tendo como critérios os atributos tidos comuns e naturais para os sujeitos de cada grupo. Contudo, diante de um atributo que o torna diferentes dos outros que se encontram numa esfera em que pudesse ser inserido, este assume colocação na qual deixar de ser comum e o reduzir a um ser destoante da sociedade,

sendo discriminado, desumanizado e desvalorizado socialmente. Conforme descrito por Homem & Calligaris (2021, p. 74):

[..] A mulher que escolhe não ser mãe é acusada de egoísmo, de fracasso. É algo aristotélico: afinal, se ele tem a potencialidade de ser mãe e não é, não vai ser transformado em ato de toda a sua potência (HOMEM & CALLIGARIS 2021, p. 74).

A compreensão desse fracasso corresponde ao fato de que não operou sobre o ápice de sua plenitude que o seu corpo pode prover, deixando de ser a tão esperada mãe exaltada, não fazendo cumprir seu papel da identidade social virtual (GOFFMAN, 1892). Enquanto o egoísmo, na relação de que uma vida poderia ser gerada, uma vida - um ser; sendo a mulher incumbida de lidar com as expectativas sociais imposta sobre seu corpo e sua subjetividade, a sua singularidade esvaziada em prol de uma concepção heteronormativa.

A condição de fracasso e atributo de egoísmo nada mais é do que um estigma, podendo assumir implicações tidas como um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem para com o sujeito - e constitui um desacordo entre a identidade social virtual e a identidade social real (GOFFMAN, 1892). Ou seja, um atributo depreciativo, ao ponto que estigmatiza alguém em prol de afirmar a normalidade de outrem, de modo que a impelir uma série de imperfeições a partir da perfeição original. Concernindo a estigmatização mecanismo de classificação social (GOFFMAN, 1892).

METODOLOGIA

O presente artigo foi desenvolvido seguindo o modelo de delineamento da pesquisa descritiva, de abordagem qualitativa por intermédio de uma pesquisa bibliográfica conforme disposto por Minayo (2012) a pesquisa bibliográfica consiste em todos os tipos de pesquisa, pois permite um levantamento de matérias publicadas, subsidiando o processo investigativo. Pois permite colher informações com base em problema investigativo, além de possibilitar a discussão acerca das distintas ou similares ideias de diferentes autores sobre o assunto.

A pesquisa qualitativa objetiva descreve um certo fenômeno, verificando sua ocorrência e a relação com outros fatores, a partir da fundamentação em modelos contextuais. E para além do descrito, considera a forma de observar o objeto de

estudo, primordialmente a produção de subjetividade. Esta pesquisa utiliza como lente para observar os fenômenos sociais a psicanálise, que pode ser utilizada enquanto método de pesquisa e método de investigação dos processos inconscientes (FREUD, 1923).

Dentre as etapas seguidas, destaca-se a escolha das fontes para subsidiar a pesquisa foram utilizando os bancos de dados: Scielo, Google acadêmico, LILACS, publicados nos últimos 5 anos (2017 a 2022). Contudo, diante da relevância das obras publicadas, para além do período supracitado, foram utilizados não somente publicações dos últimos cinco anos, por não estarem defasagem e obsoletos, utilizada como regra o tema relacionando com a pesquisa proposta. Foram consideradas as seguintes palavras chaves: não-maternidade; maternidade; escolha; estigma social; mulheres; construção social da mulher; sociedades contemporâneas; identidade; feminilidade; psicanálise. Sendo localizado 76 previamente publicados e 34 dentro do período supracitado. Contudo foram selecionados para o trabalho apenas 18 (dezoitos) livros dentre muitos autores Freud, Beauvoir, Butler, Foucault, Goffman, Homem, Iaconelli, Lacan, entre outros, além 10 (dez) artigos, 2 (duas) dissertação e 2 (duas) monografias.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise realizada é possível compreender que o SER mãe é o resultado de uma construção histórica (BADINTER, 2011) da conjuntura da sociedade como um todo que se interpela com a cultura por ser um tecido flexível, maleável, decorrente de seu caráter dinâmico (LARAIA, 1986). Ocasionalmente uma constante mudança decorrentes das intercorrências do modo de pensar, de ser, sentir e de se perceber nesse universo.

Conforme a análise das obras de Badinter (1985) e Resende (2017), a maternidade é sustentada fruto dos discursos sociais e científicos que se mordam minuciosamente e se perpetuam nas camadas sociais. Conforme foi construído a imagem de uma boa mãe, para além da reprodutora, emergiu a figura do especialista para retificar as falhas (EMIDIO, 2011) a própria história da mulher tem sido contada perspectiva masculina, a feminilidade limitada a distinção gênero como subproduto da maternidade para se constitui.

Trata-se de um suposto saber a respeito da maternidade e feminilidade, ainda que seja sobre o corpo da mulher, inferindo sobre as suas decisões a sua singularidade, mas que opera sobre esse indivíduo para sua incisão. Afinal, conforme Laraia (1986), a cultura é um comportamento aprendido durante a vida do indivíduo e transmitido socialmente. Em cada época há comportamentos, padrões sociais que são esperados e aceito socialmente.

Conforme descrito na obra *Cultura - Um conceito antropológico* de autoria do antropólogo Roque de Barros Laraia (1986).

Assim, para W. Goodenough, cultura é um sistema de conhecimento: consiste em tudo aquilo que alguém tem de conhecer ou acreditar para operar de maneira aceitável dentro de sua sociedade. (LARAIA, 1986, p. 24).

Os comportamentos que extrapolam as maneiras aceitáveis, enfrentam a rejeição, o depreciamento, a estigmatização propriamente descrita por Goffman (1892), decorrente da discrepância entre a identidade social real e a identidade social virtual, a escolha por não conceber uma criança, pode ser compreendida como uma característica desviante, e por outro lado a omissão do seu dever cívico – no que diz respeito à manutenção da vida.

Em sociedade há atribuições que são esperadas conforme o gênero, ainda que utilize de marcadores biológicos como determinantes (BUTLER, 2013). Nessa perspectiva o papel da mulher é arca com as expectativas de uma identidade social virtual construída historicamente, exercendo assim em plenitude a performance de mãe, mesmo que seja inalcançável e que resulta em si anular na tentativa de ter êxito nessa faceta (EMIDO, 2011). Não é raro às vezes em que as cobranças fazem com que essa mulher duvide da sua capacidade, do seu potencial, da sua maternidade pela exaustão de atender as exigências e as expectativas incansáveis.

Comumente as mulheres são submetidas à pressão social para atender um desejo no qual não é seu. Os autores Baues & Patias (2012), são pontuais ao inferi que em face da impossibilidade de questionar essa imposição social, resulta em atender sem questionamentos, se de fato é sua aspiração, até pode ser, entretanto há discurso de persuasão que é manifestado nas entrelinhas ou muitas vezes de forma bem explícitas na sociedade; a mulher ao casa já é questionando, quando terá o primeiro

filho se não é casada, a dependo da idade cronológica a cobrança e mais incisiva, pois breve entrará na temida menopausa. Um fenômeno bastante contemporâneo que se contrapõe a essa pressão social disseminada é de se permitir adiar essa maternidade (SILVA, 2011; BAUES & PATIAS, 2012) ou se assim, desejar não vivenciar tal experiência, mas terá sustenta esse lugar de negação e os julgamentos.

Seja em prol de sua autonomia e independência profissional e financeira (BAUES & PATIAS, 2012), ainda que uma escolha não necessariamente acarreta a renúncia da outra. Conforme já havia citado, não se trata de um movimento reverso, de valorização de um grupo em detrimento ao outro. É possível conciliar a vida profissional, o casamento e os filhos, evidente que é um trabalho árduo, exigindo muito da potencialidade e força de vontade (EMIDO, 2011). O que de certa forma ocasiona uma exigência social, até mesmo desumana para este sujeito desempenhe as diversas atividades acumuladas. Havendo inadequações em algum destes inúmeros papéis, é desencadeada uma serie de julgamentos, críticas, que colabora para que estas mulheres se sintam impotentes e ocasionando um sofrimento (BAUES & PATIAS, 2012).

Conforme os autores Carvalho e Oliveira (2017), a escolha não-maternidade tem relação direta com o contexto histórico, econômico, social e cultural em que a mulher está inserida a partir das mudanças nas posições ocupadas em distintas dimensões de sua vida. Há de certa forma um perfil para estas mulheres, que renunciam ao casamento ou à maternidade, de acordo com Baues & Patias (2012) “[...] parece estar associado especialmente à classe média e à inserção da mulher no mercado de trabalho”. Conforme Fidelis & Mosmann, (2013) diante da possibilidade de estar inserida na esfera trabalhista, obtendo maior grau de instrução, realizando atividades que por muito tempo foi limitada por uma distinção de gênero e embasado em preconceito e reforçava o estereótipo da mulher com dona de casa, mãe e esposa. Diante da análise de Gomes & Rios (2009) mulher da contemporaneidade, tem a possibilidade de questionar o seu destino, que era traçado no seu nascimento, casar-se e reproduzir, uma relação estática e cristalizada no tempo. Na atualidade abriram-se novas portas para que tenha a possibilidade de escolher e trilhar seu destino, de forma mais independente dado a ordem do seu desejo e as possibilidades. Mas toda mulher tem a possibilidade de escolher?

Houve diversos avanços em que a mulher pôde estar inserida na vida pública, conquistando espaços, papéis e cargos que, até pouco tempo, eram improváveis (BAUES & PATIAS, 2012). Contudo, não é a realidade para todas as mulheres os marcadores sociais evidenciam as distinções na cor da pele, além dos próprios fatores estruturais que implicam na reprodução das condições de privação (GÓIS, 2008). Por exemplo a mulher negra, periférica se esbarra nas inúmeras dificuldades em contraposição a mulher branca, de classe média ou alta. Uma mulher branca periférica e uma mulher negra periférica vivenciam de forma diferentes as imposições e as limitações sociais, assim como a maternidade por sua característica singular.

Conforme disposto por Mansur (2003) e Velho (1985) as mulheres sem filhos são estigmatizadas, ocasionando o sentimento de exclusão e anormalidade, o sentido patológico, atribuído a recusa. O ser mãe parte de uma construção radical e altamente ideológica que toda mulher, baseando uma visão universal e generalista, tem como desejo norteado ter um filho, na busca do objeto fálico, esse ideal construído e disseminado coletivamente se válida no âmbito sociohistórico e conforme Campos (2015) é o resultado de uma cultura, que se inscreve numa contínua evolução. O que faz seja necessário a todo momento a imposição e reivindicação do seu posto lugar de fala, do direito de ser porta-voz dos seus próprios desejos. Refutando a “ditadura” masculina, disseminada de forma massiva, exposto por Carvalho & Oliveira (2017), que sustenta a posição subalternas “de modo que o feminino e posto como inferior ao masculino”. Cabe a mulher não aceitar que suas escolhas sejam desvalidas por sua sociedade heteronormativa que argumente a partir de uma suposta verdade única, que o destino de toda mulher se torna mãe (FIDELIS & MOSMANN, 2013). Assim, se faz necessário subverter aquilo que era considerado como seu único destino. Pois os padrões de comportamentos aplicados à condição de ser mulher são aprendidos e internalizados e não da ordem instintiva descritos por Banditer (1985) e sob a leitura de Laraia (1986), a cultura é um comportamento aprendido, o ser próprio ser mulher é construção social (BEAUVOIR, 1980). Cabendo a mulher o status invisibilidade social, para além de um corpo reprodutor há um sujeito, não se resume a um órgão.

Esse corpo é ainda alvo de submissão, ainda que busque a liberdade, é manipulável e de fácil adestramento, enfim, passível de dominação (FOUCAULT,

2004). A construção social do gênero feminino é resultado de uma estrutura patriarcal, que objetiva o controle da mulher, por sua condição natural e social, conforme descrito por Butler (2003), a parte da análise dos autores Foucault e Butler. Mas ainda assim, se impõem diante da evolução histórica da civilização, a mulher passa até adquirir “liberdade” para ocupar espaços sociais, promovendo uma ruptura da construção histórica entre ser mãe antes de si mesmo, uma anulação para o cumprimento do dever.

Os autores Fidelis & Mosmann, (2018), apontam que as motivações que levam a mulher optar pela decisão de não vivenciar a experiência da maternidade são diversas, mas que refletem maior ou menor grau a sua história de vida, a interação entre medo e desejo, as circunstâncias socioculturais. Posto isto, Baues & Patias (2012), constata um certo grau de ambivalência e incerteza quanto a inclinação pela não-maternidade em algumas mulheres, posto que há pressão para ambos os lados, o que resulta em ser ou não ser mãe. As mulheres, permanecendo solteiras por algum motivo ou optando pela não-maternidade são julgadas por seu suposto estado de incompletude (SILVA, 2016, p. 12), acusadas de não serem femininas e infelizes, mas felicidade é muito além de ter filho ou não. É de uma responsabilidade demasiada atribui o filho/real ao estado de plenitude e júbilo. De acordo com a leitura de Lacan (2006), somos seres faltantes e fadados a incompletude. Ainda que se escolha a maternidade como caminho em busca desse da parte que lhe falta, não alcançará o status estimado. Remeter a feminilidade do sujeito a o status de mãe, como forma de alcança a completude é utópico. No imaginário social, a concepção de maternidade é associada à constituição da identidade feminina. Duas posições significativa ser mulher e ser mãe (EMIDIO, 2011).

Conforme autor Velho (1985) é atribuído como patologia os desvios sociais o que resulta no processo de estigmatização predominante da mulher ao dizer não a maternidade. Os discursos enfatizam a culpa, a irresponsabilidade social, até mesmo a falta de preparo ou amor para conceber, gerar, parir e aleitar (PATIAS & BAUAES, 2012). Ter ou não ter filhos, é uma questão recorrentes na atualidade, atribuído o estigma de egoísta. Mas ter filhos é uma questão não egoísta, porque qualquer escolha implica no desejo, a rigor tem certo grau de egoísmo ter filhos (IACONELLI, 2020). O

fato de não querer ter filhos não é necessariamente aversão a criança, pois é um assunto particular a cada mulher a sua história de vida.

O fenômeno da renúncia voluntária está obtendo alguma notoriedade nas mídias, conforme exposto por Gomes & Rios (2009). Lançado luz no processo desconstrução dos estigmas, mas a cada movimento evidencia a fragilidade de ser mulher e a sua resistência em sociedade marcada por marxismo e suporte saber crivada no esboço religioso, nas concepções socioculturais descrito por Emidio (2011), em sua obra Diálogo entre feminilidade e maternidade. Essa temática é composta por controversa para uma época em que é preciso reinventar-se socialmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das literaturas, observa-se que diante da escolha não vivenciar a maternidade ainda que tenha obtido alguns avanços sociais, diante do contexto histórico, social e cultural. Predomina o processo estigmatizante, cabendo mais estudos para compreender os fenômenos, nas mais diversas esferas e os possíveis danos a subjetividade da mulher a sua feminilidade. Ao passo que socialmente é atribuído julgamentos, questionamentos invasivos a falta de saúde, por não atender os padrões sociais esperados, desvalendo o seu desejo.

Posto que é um assunto de relevância para a sociedade, exatamente por explorar um assunto que aborda uma temática feminina, sobre seu corpo, seu desejo, a sua constituição, que se faz necessário problematizar as perspectivas acerca do papel da mulher e a maternidade socialmente (EMIDIO, 2011). Os trabalhos de Ariés (2006) e Banditer (1985), evidenciaram que historicamente houve a construção da concepção de ser boa mãe, o instinto materno no início do século XVIII, que perduram até os dias atuais. Mas permite pressupor que um dia, possa haver uma desconstrução desses preceitos para que a própria maternidade não seja vista como ordem natural de todo sujeito portador de útero.

REFERÊNCIAS

ALBERTUNI, P. S. **Mãe é mãe:** discursos contemporâneos na blogosfera materna. Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2015, 80p. Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte

Lorena Reinaldo da SILVA; Eduardo Fagner Machado de PINHO; Jordana Carmo de SOUSA. A NÃO MATERNIDADE COMO POSSÍVEL FATOR DE ESTIGMATIZAÇÃO SOCIAL DA MULHER - Facit Business and Technology Journal. QUALIS B1. 2023. FLUXO CONTÍNUO - MÊS DE ABRIL. Ed. 41. VOL. 01. Págs. 302-322. ISSN: 2526-4281 <http://revistas.faculdefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdefacit.edu.br.

ALMEIDA, A. M. M. D. **Feminilidade** – caminho de subjetivação. Belo Horizonte, Estudos de Psicanálise, no.38, 2012.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BADINTER, E. **O conflito**: a mulher e a mãe. Rio de Janeiro, Record, 2011.

BADINTER, E. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

BEAUVOIR, S. O Segundo Sexo – a experiência vivida; tradução de Sérgio Millet. 4 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1980.

BENVENISTE, E. Estrutura das relações de pessoa no verbo. In: **Problemas de Linguística Geral** I. 3 ed. São Paulo: Pontes, 1991.

BIRMAN, J. **Cartografias do Feminino**. 1. ed. São Paulo, Editora 34,1999.

BRAGA, R. C.; MIRANDA, L. H. d. A.; CORREIO, J. d. P. C. V. Para além da maternidade: As configurações do desejo na mulher contemporânea. Pretextos - **Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, v. 3, n. 6, p. 523 - 540, 12 set. 2018.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARELLI, J. H. **O desejo do feminino de não maternidade**. Caxias do Sul – Universidade de Caxias do Sul, 2019, 15p. Monografia - Universidade de Caxias do Sul.

CARVALHO, N. L. d.; OLIVEIRA, V. H. Mito do amor materno: a construção subjetiva do feminino na decisão pela não maternidade. **Psicologia - Saberes & Práticas**, n.1, v.1, 46-53, 2017.

RISCO. In: **DICIO**, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2023.

EMIDIO, T. S. **Diálogos entre feminilidade e maternidade**: Um estudo sob o olhar da mitologia e da psicanálise. 1.ed. Editora UNESP, 2011.

FOUCAULT, M. **Os recursos para o bom adestramento**. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 29ª ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 153-72, 2004.

FREUD, S. Feminilidade. Conferência XXXIII (1933). **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud** – Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v.22.

FREUD, S. **O Ego e o ID e outros trabalhos**. Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago: 1923, v.19.

Lorena Reinaldo da SILVA; Eduardo Fagner Machado de PINHO; Jordana Carmo de SOUSA. A NÃO MATERNIDADE COMO POSSÍVEL FATOR DE ESTIGMATIZAÇÃO SOCIAL DA MULHER - Facit Business and Technology Journal. QUALIS B1. 2023. FLUXO CONTÍNUO – MÊS DE ABRIL. Ed. 41. VOL. 01. Págs. 302-322. ISSN: 2526-4281 <http://revistas.faculdefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdefacit.edu.br.

GOFFMAN, E. **Estigma** - notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

GÓIS, J. B. H. Quando raça conta: um estudo quando raça conta: um estudo de diferenças entre mulheres de diferenças entre mulheres brancas e negras no acesso e brancas e negras no acesso e permanência no ensino superior. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, 2008.

HOMEM, Maria; CALLIGARIS, Contardo. **Coisa de menina?** Uma conversa sobre gênero, sexualidade, maternidade e feminino. 4. Ed. SP. Papirus 7 Mares, 2021.

IACONELLI, V. Mal-estar na Maternidade Do Infanticídio à Função Materna. 2 ed. Zagodoni Editora, São Paulo, 2020.

LACAN, J. **O Seminário, Livro 16**. De um Outro ao outro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

LARAIRA, R. B. **Cultura** - Um conceito antropológico, 14 ed. Jorge Zahar Editora, Rio de Janeiro, 1986.

MANSUR, L. H. B. Experiências de Mulheres sem Filhos: a Mulher Singular no Plural. **Psicologia ciência e profissão**, n 20, v 4, 2-11, 2003.

MARCOS, C. M. **O desejo de ter um filho e a mulher hoje**. Trivium vol.9 no.2 Rio de Janeiro. 2017.

MINAYO, M. C. d. S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 31 ed. Petrópolis, Vozes, 2012.

PATIAS, N. D.; BUAES, C. S. “Tem que ser uma escolha da mulher”! Representações de maternidade em mulheres não-mães por opção. *Psicologia & Sociedade*, 24(2), 300-306, 2012.

RESENDE, D. K. As construções da maternidade do período colonial à atualidade: uma breve revisão bibliográfica. **Dossiê Diálogos entre Antropologia e Arqueologia: contribuições e desafios** v. 14 n. 1, 2017.

SILVA, F. B. **Mulheres Que Optaram Por Não Ter Filhos**. Florianópolis – Universidade Federal de Santa Catarina, 2016, 12 – 16p. Monografia - Universidade Federal de Santa Catarina.

SOUZA, C. R. **O discurso Lacaniano com efeito de deslocamentos e (in)versões de sentidos. Uberlândia**: Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia, 2007. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia.

TOREZAN, Z. C. F; AGUIAR, F. O sujeito da psicanálise: particularidades na contemporaneidade. **Rev. Mal-Estar Subj.** vol.11 no.2 Fortaleza, 2011.

Lorena Reinaldo da SILVA; Eduardo Fagner Machado de PINHO; Jordana Carmo de SOUSA. A NÃO MATERNIDADE COMO POSSÍVEL FATOR DE ESTIGMATIZAÇÃO SOCIAL DA MULHER - *Facit Business and Technology Journal*. QUALIS B1. 2023. FLUXO CONTÍNUO – MÊS DE ABRIL. Ed. 41. VOL. 01. Págs. 302-322. ISSN: 2526-4281 <http://revistas.faculdefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdefacit.edu.br.

VALDIVIA. O. B.; **Psicanálise e Feminilidade**: Algumas Considerações. *Psicologia ciência e profissão*, v. 17, n. 3, 1997.

VELHO, Gilberto. **Desvio e divergência uma crítica da patologia social**. 4. ed. RJ: Zahar, 1985.